



A LUTA ANTIMANICOMIAL E A SOBERANIA NACIONAL

Outubro de 2017

Muitos avanços foram conquistados no Brasil no que tange ao cuidado às pessoas usuárias do sistema de atenção psicossocial. Do ponto de vista conceitual aprofundamos a compreensão sobre as determinantes dos problemas mentais e sua evolução, ampliamos as formas e eficácia do cuidado, melhoramos os serviços existentes e criamos novos tipos de serviços, encontramos alternativas aos modelos arcaicos e precários tradicionalmente utilizados e, , introduzimos ações de promoção de saúde mental, mais eficazes, mais humanizadas e mais econômicas. O Brasil tornou-se modelo internacional e tem mostrado um caminho possível e promissor, com base em abordagens territoriais, comunitárias e desinstitucionalizantes. Este caminho, entretanto, tenha sido minado pelo sucateamento da saúde pública no país, reforçado por interesses corporativos e econômicos que subsidiam os retrocessos concertadamente promovidos nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Uma das estratégias para destruir os serviços de bem-estar social é desqualificar e subfinanciar o sistema público de saúde. A desqualificação disfarça-se de científica, mas é eminentemente de base ideológica, pois apoia-se em afirmações que não se fundamentam em evidências ou negam evidências existentes, gerando desinformação e incompreensão no seio da sociedade. O caos instalado na saúde, neste sentido, é uma faceta mais escandalosa do contexto caótico em que se encontra o país. O sistema público de saúde brasileiro, reconhecido internacionalmente como opção eficaz, é assim sabotado pelos interesses corporativos, políticos e econômicos de trustes transnacionais, contra o interesse maior da nação, o bem-estar de seus cidadãos.

No caso da saúde mental a problematização centra-se, tradicionalmente, na lógica manicomial, que representa um modelo hospitalocêntrico e medicocêntrico, voltado exclusivamente para a produção e controle farmacológico de doenças. Esta lógica, já condenada na civilização contemporânea, voltam a se fortalecer na conjuntura política e econômica do Brasil atual. Ainda há no Brasil milhares de pessoas internadas em instituições manicomiais e para-manicomiais, como hospitais e clínicas psiquiátricas, prisões, asilos de idosos, abrigos infantis e reformatórios juvenis. É incomensurável a dívida social e moral com estes milhares de aprisionados.

O manicômio não é apenas um lugar sinistro onde se perdem as oportunidades para resgatar a vida, os direitos e a cidadania. É uma mentalidade baseada na segregação, na estigmatização e na opressão, manifestas através do controle radical, da supressão da subjetividade e do desempoderamento pessoal. Mentalidade que justifica os excessos da medicalização, a desqualificação dos indivíduos, os desvarios do poder exercido sobre os corpos, as mentes e os desejos. A mentalidade manicomial garante, dentro e fora dos

manicômios, a submissão, o cerceamento da liberdade e a redenção a um saber totalitário que impõe diagnósticos e prescrições para os quais não se admite contestação.

Neste ano completam-se 39 anos de Reforma Psiquiátrica e 30 anos da publicação da Carta de Bauru, que inaugura, oficialmente o movimento de Luta Antimanicomial. Este é um dos avanços maiores do sistema de saúde brasileiro, um marco histórico no processo civilizatório nacional, uma marca inequívoca de nossos avanços em prol de uma população mais bem protegida, mais bem cuidada e, assim, em melhores condições de proteger a Soberania Nacional. Temos muito a festejar e, ao mesmo tempo, que estar alertas para não permitir que estas conquistas nos sejam tomadas.



Walter Ferreira de Oliveira
Presidente da Abrasme
Editor Científico CBSM

